



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO  
VARA DO TRABALHO DE CORUMBÁ  
**ATSum 0024233-07.2024.5.24.0041**  
AUTOR: IVAN FERREIRA NOLASCO E OUTROS (8)  
RÉU: JESSICA MONTEIRO DE OLIVEIRA - ME E OUTROS (1)

### EDITAL DE ALIENAÇÃO POR INICIATIVA PARTICULAR

**GUSTAVO CORREA PEREIRA DA SILVA**, Leiloeiro Público Oficial, matrícula 026-JUCEMS, nos termos da decisão de ID 25e165a (fls. 17-20), proferida pela Dra. Lilian Carla Issa, Juíza do Trabalho Titular do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, Vara do Trabalho de Corumbá/MS, **COM ABERTURA ÀS 09:00 HORAS, DO DIA 05 DE DEZEMBRO DE 2025** levará a público LEILÃO na modalidade ELETRÔNICA DE VENDA DIRETA POR INICIATIVA PARTICULAR, o(s) bem(ns) penhorado(s) e avaliado(s) no processo e nas condições descritas na referida decisão abaixo: Vistos. – 1. Por não embargada e nem demonstrado interesse de adjudicação pelos exequentes, julgo boa a avaliação e subsistente a penhora, ID [7fc75b7](#). A venda em hasta pública, geralmente, não atinge o objetivo proposto, além de onerar a execução. – 2. O Novo Código de Processo Civil prevê, em seu artigo 879, a alienação por iniciativa particular. 3. Essa modalidade de venda coaduna-se com os princípios da menor onerosidade para o executado, da efetividade, da utilidade e também da função social, efetivando-se de forma compatível com os propósitos da execução trabalhista e, no caso em tela, medida que vai ao encontro do objetivo final, que é a entrega da prestação jurisdicional de forma integral. – 4. Sobre o tema, assim leciona Mauro Schiavi: "No nosso sentir, a alienação por iniciativa particular é perfeitamente compatível com o Processo do Trabalho, por propiciar maior efetividade à execução. Além disso, há permissivo no § 3º do art. 888, da CLT para que o leilão seja levado a efeito por iniciativa particular" (In Manual de Direito Processual do Trabalho, LTr, 4ª Edição, p. 1095)." – 5. Assim, autorizada a alienação por iniciativa particular, nos moldes do artigo 879, do NCPC. – 6. Portanto, por meio da presente decisão, torna-se público que está aberta a realização de venda direta dos bens penhorados nestes autos, que será na modalidade de iniciativa particular, por intermédio da empresa, **LEILÕES ONLINE MS** (<http://www.leiloesonlinems.com.br/>), representada pelo(a) leiloeiro(a) com cadastro homologado perante este Regional, Sr(a). **GUSTAVO CORREA PEREIRA DA SILVA** ([gustavocorrealeiloeiro@gmail.com](mailto:gustavocorrealeiloeiro@gmail.com)) - (67) 99834-7636, ora nomeado(a) pelo Juízo, a quem se delega a competência para promover a divulgação nos meios de comunicação disponíveis, bem como na rede mundial de computadores (Res. 236/2016

do CNJ), e receber as propostas de aquisição dos interessados, devendo, para tanto, providenciar *e divulgar fotografias das imagens reais, atuais e nítidas dos bens que serão alienados*, nos termos da Recomendação TRT/SECOR Nº 001/2019. - **6.1** A alienação deverá ser efetivada no prazo de até 60 dias, a contar da intimação da leiloeira, que se dará por meio eletrônico. - **6.2** O leiloeira(a) suportará os custos e se encarregará da divulgação da alienação, observando as disposições legais e as determinações judiciais a respeito - art. 19 da Resolução 236/2016 do CNJ. - **6.3** Os bens a serem submetidos ao procedimento de alienação são aqueles penhorados no auto de ID n. [7fc75b7](#), o(s) qual(is) se encontra(m) na sede da executada, depositado em mãos de JOSÉ PACHECO DE OLIVEIRA. - **7. GRAVAMES:** não constam. - **CONDIÇÕES GERAIS:** **a) As condições de aquisição serão apreciadas pelo Juízo, sendo a proposta inicial não inferior a 60% do valor da avaliação e, no caso de proposta com pagamento parcelado, haverá um sinal de 40% e o restante em até 04 parcelas, sendo a última com a correção do período.** - **b) A alienação fica aberta ao público para propostas durante 60 dias, prorrogáveis por igual prazo. A partir da primeira proposta, a corretora aguardará novos concorrentes pelo prazo de 5 dias úteis, quando, então, decorrido esse quinquídio, encerrará o processo licitatório, independentemente do decurso dos 60 dias previstos.** - **c) Haverá comissão de corretagem, correspondente a 5% do valor da avaliação, que será arcada pelo interessado.** - **c.1** Não será devida a comissão ao leiloeiro público na hipótese da desistência de que trata o art. 775 do CPC, de anulação da arrematação ou de resultado negativo da tentativa de alienação - § 1º do art. 7º da Resolução 236/2016 do CNJ. - **c.2** Anulada ou verificada a ineficácia da arrematação ou ocorrendo a desistência prevista no art. 775 do CPC, o leiloeiro público devolverá ao arrematante o valor recebido a título de comissão, corrigido pelos índices aplicáveis aos créditos respectivos - § 2º do art. 7º da Resolução 236/2016 do CNJ. - **c.3** Na hipótese de acordo ou remição após a realização da alienação, o leiloeiro fará jus à comissão prevista na alínea "c" - § 3º do art. 7º da Resolução 236/2016 do CNJ. - **d) Quem pretender adquirir deverá estar ciente de que, à espécie, aplicam-se os preceitos da Consolidação das Leis do Trabalho; da Lei nº 5.584, de 22.06.70; da Lei nº 6.830, de 22.09.80 e do Novo Código de Processo Civil, artigo 879, observada a ordem de citação, a omissão e a compatibilidade, principalmente dos dois últimos institutos.** - **e) O bem será entregue ao arrematante/adjudicante no estado em que se encontra, competindo ao interessado os encargos necessários à efetivação do registro, bem como a verificação do estado físico do bem.** - **f) O arrematante receberá o bem livre de quaisquer ônus eventualmente existentes, uma vez que a arrematação faz cessar todos os vínculos materiais (v. g. hipoteca), processuais (v.g. penhoras), cautelares ou de emergência, que sobre o bem tenham sido constituídos, bem como ficará inteiramente desvinculado da responsabilidade tributária do executado. Créditos tributários sobre a propriedade, inclusive contribuições parafiscais, sub-rogam-se no preço (CTN, art. 130), respondendo exclusivamente pelo imposto de transmissão (NCPC, art. 901, §2º; CTN art. 35, inc. I).** - **g) O arrematante deverá informar qualquer alteração considerável ou impossibilidade de imitar-se na posse do bem, no prazo de 30 (trinta) dias após o**

recebimento do auto de arrematação. – 8. Para que cheguem ao conhecimento do executado, do exequente, do depositário e demais interessados, a presente decisão tem força de edital que será levado ao público, por meio do Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, bem como sua fixação em local costumeiro neste átrio trabalhista, sem prejuízo da divulgação pela corretora judicial. – 9) Os interessados que não forem encontradas nos endereços constantes dos autos, entendo que, por conta da simplicidade do procedimento nesta Justiça Especializada, a mera publicação do Edital é admitida como forma de intimação das partes a propósito da praça. - 9.1 Por essa razão, assim ficam intimados da alienação judicial por iniciativa particular e venda direta, por meio da publicação desta decisão. – 10. A presente decisão/edital que será publicado no Diário Oficial Eletrônico do E. TRT/24ª Região e disponibilizado nos demais meios eletrônicos (art. 257, II do CPC). – 11. Intime-se o(a)leiloeiro(a) com cópia do auto de penhora. - CORUMBA/MS, 21 de março de 2025. - LILIAN CARLA ISSA - Juíza do Trabalho Titular.

## **2) DESCRIÇÃO DOS BENS:**

**LOTE 001:** - Veículo marca Honda, Tipo Motocicleta, Modelo CG 160 START, Cor Vermelha, Ano de Fabricação 2016, placa GAC-0146, da frota viária do município de Ladário/MS, chassi n. 9C2KC2500GR001114, motor n. KC25E0G001123 e Renavam n. 01088615896.

**AVALIAÇÃO:** R\$ 9.800,00 (nove mil e oitocentos reais)

**LOTE 002:** - SemiReboque marca ElevaMotos, cor prata, ano de fabricação e modelo 2012/2012, placa HTS-9249, da frota viária do município de Ladário /MS, chassi n. 9A9CA1031CPEN9536 e Renavam n. 00469275022.

**AVALIAÇÃO:** R\$ 1.900,00 (mil e novecentos reais)

**LOTE 003:** - Veículo marca Chevrolet, tipo automóvel, modelo ONIX 1.0 MT LT, cor prata, ano de fabricação e modelo 2018/2019, placa QPR5G33, da frota viária do município de São Sebastião do Paraíso-MG, chassi n. 9BGKS48U0KG238816, motor n. JTSSC9596 e Renavam n. 01173451568.

**AVALIAÇÃO:** - R\$ 52.680,00 (cinquenta e dois mil seiscentos e oitenta reais).

**AVALIAÇÃO TOTAL:** R\$ 64.380,00 (sessenta e quatro mil trezentos e oitenta reais)

**LANCE INICIAL PARA TODOS OS LOTES:** 60% (sessenta por cento) do valor da avaliação.

**PAGAMENTO PARCELADO DO LANCE:** 40% (quarenta por cento) de sinal e o restando em até 04 (quatro) parcelas, sendo a última com a correção do período.

**COMISSÃO DO LEILOEIRO:** A comissão devida ao leiloeiro público oficial pelo arrematante será no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, e deverá ser paga mediante transferência ou depósito bancários diretamente ao leiloeiro, na conta corrente da empresa gestora LEILÕES ON LINE MS COMPRA E VENDA DE BENS LTDA. (CNPJ: 27.838.438/0001-08), no BANCO BRADESCO S/A (237), AGÊNCIA 5246 e CONTA CORRENTE Nº 48924-7.

**DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS:** O presente edital, assim como as condições de venda estarão disponíveis na íntegra através do sítio [www.leiloesonlinems.com.br](http://www.leiloesonlinems.com.br). Também é possível encaminhar e-mails com dúvidas à central, através da seção “Dúvidas” ou diretamente pelo e-mail: [contato@leiloesonlinems.com](mailto:contato@leiloesonlinems.com) ou pelos telefones: (67) 3388-0216 / (67) 4042-1513 e (67) 99203-6666.

CORUMBA/MS, 18 de novembro de 2025.

**LILIAN CARLA ISSA**  
Magistrado